

A progressiva queda da qualidade das escolas médicas públicas

Olavo Pires de Camargo^I, Luiz Eugênio Garcez Leme^{II}

Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

O ensino público brasileiro, em todos os seus níveis, sempre conheceu variações, raramente para melhor. Muitos dos menos jovens poderão se lembrar de que entrar em uma escola pública, como eram, por exemplo, o Colégio do Estado ou o Caetano de Campos em São Paulo, era privilégio para aqueles bem preparados que teriam acesso a ensino de alta qualidade. A demanda para ingresso nesses colégios supunha verdadeiros vestibulares e seu índice de colocação de alunos nas melhores universidades fazia inveja a qualquer instituição.

Com a progressiva e criminosa política de desvalorização do ensino público como um todo e, especialmente, da carreira docente, o ensino público de nível médio apresentou queda vertiginosa e passou a existir uma inversão da curva de ensino, bem conhecida de todos os educadores: os melhores alunos que, de início, vinham da escola pública para a universidade pública, passaram a ser oriundos da escola privada, justificando o aforisma “a universidade pública vive dos alunos do ensino privado e a universidade privada, dos alunos do ensino público”.

Qual a solução óbvia para essa equação perversa? Melhorar intensa e rapidamente o nível e a qualidade da escola pública para voltarmos a um estado de equilíbrio.

No entanto, o governo brasileiro, que mantém impávida a capacidade de surpreender os que acreditam na lógica, pôs em prática uma solução inédita: ao invés de melhorar o ensino

público de nível médio, o que demandaria verbas, valorização docente e muito trabalho, optou por baixar o nível do ensino superior, tentando desta forma voltar à equação inicial só que em nível muito mais baixo. Esta decisão mostra claramente o objetivo meramente propagandístico das mudanças e, o que já era sabido, o completo descompromisso com a qualidade, inclusive do ensino. Este descompromisso encontra-se na raiz de medidas que poderiam ser preocupantes tiros no pé em qualquer pessoa ou instituição que estivesse preocupada em permanecer em pé ou em se locomover, progredir.

A partir daí, vieram atitudes como o descontrole do crescimento metastático de universidades e escolas superiores, a desvalorização do magistério, a distribuição política de licenças de instalação, a despreocupação com a qualidade dos profissionais formados e oferecidos à população, e que chegou ao máximo na recente importação escravagista de médicos.

No caso das universidades, particularmente das universidades públicas, essa realidade se exterioriza também na implantação dos sistemas de quotas raciais nos vestibulares, inclusive de medicina, que pretende chegar até 50% das vagas em alguns anos. É patente que haverá queda da qualidade dos alunos. A lógica da meritocracia, a verdadeira democracia universitária, vigente há quase 10 séculos, em que o mais capaz recebe mais conteúdo e é mais cobrado, independentemente de classe social, raça ou credo, passa a ser substituída por uma lógica de pressão, válida ou não, de grupos, levando a

^IProfessor titular e chefe do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

^{II}Professor associado II do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Endereço para correspondência:

Olavo Pires de Camargo

Rua Barata Ribeiro, 490 – 3º andar – conj. 33 – Bela vista – São Paulo (SP) – CEP 01308-000

Tel. (11) 3123-5620

E-mail: olapcama@uol.com.br

Fonte de fomento: nenhuma declarada – Conflitos de interesse: nenhum declarado

Entrada: 30 de outubro de 2013 – Última modificação: 30 de outubro de 2013 – Aceite: 18 de fevereiro de 2014

uma política de decisões corporativas como observada no fascismo. Qual o destino de alunos melhor classificados, que não serão matriculados sendo substituídos pelos 50% cotistas?

É sabido que os concursos para medicina atingem sempre os maiores patamares de corte nos vestibulares. Dessa forma, o alunato das escolas médicas de maior prestígio tem um bônus inicial de qualidade intrínseca que é inclusive considerado quando se programa o currículo. Será necessário incorporar programas de “recuperação”?

A excelência de uma faculdade está intimamente ligada à excelência de seu corpo acadêmico, aí considerados os docentes e os discentes em seus vários níveis (graduação, especialização e pós-graduação). Trata-se de um sistema que, muitas vezes, se autoalimenta, em que os melhores alunos que se sintam chamados à docência ou pesquisa são aproveitados na formação do corpo docente renovado.

É fácil prever que o sistema de quotas corrói a base desta estrutura. É de se prever que muitos alunos, meritocraticamente destinados a universidades públicas, com vocação de pesquisa, acabarão tendo que recorrer às escolas privadas. Perde assim também a pesquisa brasileira.

É de se prever que, com o passar do tempo, teremos na universidade o mesmo processo observado no ensino médio, e as melhores faculdades de medicina com melhor e mais qualificado corpo discente e docente serão aquelas ligadas aos grandes hospitais privados, sem necessário compromisso com a saúde pública. Ao final, no extremo, a universidade pública poderá se apresentar recebendo os alunos do ensino médio público, como antes fazia, só que em um nível muito abaixo do que poderia e do que a população brasileira necessita.

Nós já vimos esse filme.